



DESENVOLVIMENTO DA PESCA E DA AQUICULTURA NO ESTADO DO MARANHÃO

DO
AA0300850

mento Síntese do Seminário Nacional, realizado

de 06 de Junho de 2003, em São Luís - Maranhão

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA
Representação do Brasil

DESENVOLVIMENTO DA PESCA E DA AQUICULTURA
NO ESTADO DO MARANHÃO

Documento Síntese do Seminário Nacional

This One



WJF8-ZFS-966S

Realizado em 04,05 e 06 de junho de 2003
São Luís, MA

8300
M20

IICA 0300850
Digitized by Google

Este documento apresenta uma síntese das palestras apresentadas no Seminário Nacional de Desenvolvimento da Pesca e da Aqüicultura no Estado do Maranhão acrescida de um capítulo com os desdobramentos operacionais até então postos em prática ou articulados. Foi elaborado pelo relator Aureliano da Costa Matos com o imprescindível apoio e colaboração do técnico José Ubirajara Timm. Não há qualquer pretensão em esgotar os temas debatidos, até porque a própria concepção do evento é a de colocá-lo como marco inicial de um trabalho que enfrentará, e certamente superará, grandes desafios até que se concretizem ações que efetivamente contribuam para o desenvolvimento sustentável do Estado do Maranhão.

SUMÁRIO

Apresentação	7
1. Introdução	9
2. Pesca e Aqüicultura: Visões e Responsabilidades do Poder Público Federal e Estadual	9
3. Relato de Experiências	13
3.1 – A Associação Maranhense dos Maricultores do Pau Deitado (Amamar)	13
3.2 – A experiência dos pequenos produtores de camarão do pólo de Primeira Cruz, Humberto de Campos/MA	14
3.3 – Criação de peixes em tanques–rede no rio Itapecuru, Cantanhede/MA	15
3.4 – A carcinicultura marinha em Icapuí/CE	16
3.5 – Casas familiares do mar em Santa Catarina	21
3.6 – Carcinicultura de pequena escala em Santa Catarina	22
4. Referências Técnicas para o Desenvolvimento da Pesca e da Aqüicultura no Maranhão	23
4.1 – Ensino, treinamento, pesquisa e extensão	23
4.2 – O Projeto Barco-Escola em Cururupu/MA	24
4.3 – Aqüicultura nos vales dos rios São Francisco e Parnaíba	25
4.4 – Cultivo de moluscos em Santa Catarina: política, tecnologia e futuro da atividade	28
4.5 – Geração das estatísticas da pesca marítima e estuarina da região Nordeste	30
5. Aparato Legal e suas Implicações para o Desenvolvimento da Pesca e da Aqüicultura no Maranhão	32
5.1 – Programa seguro-desemprego do pescador artesanal	34

5.2 – O marco legal para a pesca e para a aqüicultura	35
5.3 – Legislação ambiental e o zoneamento para a carcinicultura no Estado do Maranhão.	36
6. Políticas Regionais de Crédito para a Pesca e para a Aqüicultura.	37
6.1 – A atuação do Banco da Amazônia.	37
6.2 – A atuação do Banco do Brasil.	38
6.3 – A atuação do Banco do Nordeste.	39
7. Perspectivas de Apoio Internacional para o Desenvolvimento da Pesca e da Aqüicultura no Maranhão.	42
7.1 – Atuação de organismos internacionais.	42
7.2 – Visão do Governo da Espanha.	43
7.3 – Visão do Governo da China.	45
8. Comercialização.	45
9. Desdobramentos Operacionais.	47
9.1 – Zoneamento costeiro do Estado do Maranhão.	47
9.2 – Legislação pesqueira.	50
9.3 – Plano estratégico para o desenvolvimento da pesca e da aqüicultura no Maranhão.	50
9.4 – Pacto de governabilidade para o artesanato pesqueiro no Maranhão.	52
9.5 – Estação de piscicultura da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (Seap).	53
9.6 – Estação de piscicultura da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).	53
9.7 – Projeto-piloto de cooperação espanhola.	54
10. Anexos.	55

APRESENTAÇÃO

A diversificação da economia rural é um dos princípios que norteiam o Governo José Reinaldo Tavares para desenvolver a agricultura familiar e o Estado do Maranhão. Isso significa fomentar campos diversos de produção: arroz, mandioca, galinha caipira, caprinos, peixe, camarão, frutas, flores, mel, de modo a oferecer alternativas aos agricultores e agricultoras familiares e seus filhos.

A constituição da Gerência da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (Geagro) trouxe novos investimentos para o setor agropecuário, deixando claro tratar-se de uma prioridade do Governo do Estado que, seguindo esta linha de ação, criou a Agência de Desenvolvimento da Pesca e da Aqüicultura (Adepaq).

O compromisso de desenvolver a pesca e a aqüicultura no Maranhão abrange o pescador artesanal, há anos esquecido, o incentivo a novos investimentos e o estímulo à produção de conhecimentos, respeitando, sempre, o meio ambiente e as populações já inseridas nessa atividade.

A realização do Seminário Nacional de Desenvolvimento da Pesca e da Aqüicultura no Estado do Maranhão foi uma demonstração cristalina dessa preocupação do Governo Estadual em criar um paradigma que contemple cada uma das etapas do desenvolvimento do setor pesqueiro, amparado por uma política que reúna pesquisa, assistência técnica, capacitação, comercialização, atração de investimentos, dentre outros aspectos.

A importância do evento foi, principalmente, reunir todos os segmentos envolvidos e interessados no desenvolvimento da pesca e da aqüicultura para obter, de forma mais justa e participativa, subsídios para o estabelecimento do plano de ação da Adepaq para os próximos quatro anos.

O resumo das discussões do Seminário, com experiências nacionais, internacionais e especialmente locais do setor, está, a partir desta publicação, socializado e disponível. O documento é destinado a todos que queiram se aproximar do que foi abordado e, também, à parcela que deseje colaborar para o crescimento do setor pesqueiro. Assim como o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) está constantemente em parceria com o Governo do Maranhão, também é imprescindível que a sociedade civil, os estudiosos, os pesquisadores e o cidadão comum participem da construção de uma política que tanto diz respeito ao desenvolvimento sustentável quanto ao crescimento do Estado.

O Governo do Estado, por intermédio do governador José Reinaldo Tavares e do sistema Geagro, idealizado pelo próprio governador, tem consciência de que está criando bases sólidas para que a pesca e aqüicultura possam ser instrumentos para o desenvolvimento equilibrado do Maranhão, melhorando as condições de vida da população pesqueira e preservando o meio ambiente, maior patrimônio dos pescadores.

Conceição Andrade
Gerente de Estado da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento
Rural do Maranhão

1. INTRODUÇÃO

O Seminário Nacional de Desenvolvimento da Pesca e da Aqüicultura no Estado do Maranhão, realizado em São Luís, no período de 4 a 6 de junho deste ano de 2003, constituiu-se em acontecimento inédito na história da pesca nacional pela abrangência dos temas abordados, pelo envolvimento de diversas instituições e entidades, de agentes públicos e privados, de políticos e, ainda, pela presença de 550 participantes (tendo sido impossível acolher, por falta de espaço físico, outros 400 interessados). Destacou-se também pela originalidade de apresentações artísticas, ao vivo, do rico folclore litorâneo maranhense.

Concebido para funcionar como etapa inicial do processo de desenvolvimento do setor pesqueiro maranhense, enfocando a visão da cadeia produtiva para esse processo, o Seminário alcançou plenamente os seus objetivos ao discutir os principais problemas que afetam o referido desenvolvimento e a geração de produtos como forças impulsionadoras para dinamização do imenso potencial pesqueiro e aqüícola maranhense.

Nas páginas seguintes, estarão sumariadas algumas das principais abordagens técnicas realizadas, e explicitados os produtos resultantes desse inédito evento.

2. PESCA E AQUICULTURA: VISÕES E RESPONSABILIDADES DO PODER PÚBLICO FEDERAL E ESTADUAL

A criação da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca e do Conselho Nacional de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República sinaliza claramente a importância que o atual Governo Federal está atribuindo para esses dois setores.

A Secretaria, vinculada diretamente à Presidência da República e com *status* de Ministério, ainda em fase final de

estruturação, deverá buscar, junto à comunidade vinculada à pesca e à aqüicultura, as informações e as sugestões para estabelecer as bases das políticas públicas federais e montar uma agenda política para sua atuação.

Existe uma clara decisão de estabelecer e integrar políticas duradouras. Neste aspecto, as políticas certamente abordarão:

- a) a sustentabilidade da pesca artesanal e das atividades que a apóiem;
- b) a dívida social do Estado com os pescadores artesanais;
- c) a carência da mão-de-obra; e
- d) a busca pela eliminação da duplicação de esforços institucionais.

Tais diretrizes políticas estão baseadas na 'carta-compromisso' assinada pelo então candidato à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e tornada pública em meados de 2002, definindo onze prioridades para o desenvolvimento dos setores da pesca e da aqüicultura nacionais, a seguir transcritos:

- a) criar uma Secretaria Nacional de Pesca e de Aqüicultura, visando integrar os ministérios que possuem relação com o setor pesqueiro de maneira a compatibilizar as diversas ações relativas à pesca no país;
- b) elaborar um plano nacional de desenvolvimento sustentável para pesca e aqüicultura específico para cada uma das regiões do país, permitindo o planejamento do setor a curto, médio e longo prazo com o intuito de preservar as riquezas naturais;
- c) manter o Ibama como fiscalizador, dotando-o de recursos materiais e humanos compatíveis com o bom desempenho da atividade;

- d) implantar um programa de renovação da frota pesqueira que apóie a recuperação da indústria naval e incentive a substituição das atuais embarcações por outras mais modernas;
- e) implantar um programa de qualificação profissional do pescador, objetivando capacitar a mão-de-obra voltada para os diversos *subsetores* – pesca marítima e fluvial, empresarial e artesanal e aqüicultura –, aproveitando e revitalizando as estruturas das escolas de pesca existentes;
- f) ampliar a infra-estrutura de desembarque, beneficiamento, armazenamento e comercialização do pescado, através de terminais e entrepostos de pesca, incentivando a agregação de valor gasto na industrialização ao pescado;
- g) efetivar o atual Programa de Rastreamento por Satélite das embarcações, que permite uma maior segurança das mesmas bem como um maior controle e fiscalização das atividades;
- h) criar linhas de crédito específicas por região para apoiar a pesca artesanal e a aqüicultura, visando a melhoria dos sistemas de produção, beneficiamento e comercialização de pescado;
- i) promover o desenvolvimento de atividades de suporte à pesca nas áreas de pesquisa, promoção comercial e informação de mercado;
- j) estimular, por intermédio de parcerias entre os estados e os municípios, a implantação de cooperativas de pesca e de crédito para atuar especialmente junto ao segmento pesqueiro artesanal;

- k) incentivar o desenvolvimento do turismo ligado às atividades de pesca amadora e esportiva em águas fluviais, especialmente na Amazônia e no Pantanal, e na costa do país.

Do ponto de vista do Ministério do Meio Ambiente (MMA), o desenvolvimento deve considerar as necessidades das pessoas e dos grupos sociais. Para o MMA, a inclusão social é ponto chave em todas as ações que desenvolve ou que venha a apoiar. De uma maneira simplificada, o desenvolvimento significa possibilitar emprego, endereço limpo, saúde, educação e segurança às pessoas.

A sustentabilidade diz respeito a um processo social e político em que o homem e o meio ambiente pactuam o que extrair da natureza. Para isso, é necessário reestruturar a organização existente; co-gestionar o sistema pesqueiro, ou seja, partilhar poder e responsabilidade.

O Estado não pode esquivar-se de seu mandato de regulador e promotor do desenvolvimento. Em relação ao meio ambiente, isso significa sair de um posicionamento do não pode para uma postura pró-ativa do como pode, sem que o Estado substabeleça seu papel de guardião do bem comum.

A Agência de Desenvolvimento da Pesca e da Aqüicultura (Adepaq) é um reflexo direto da prioridade dada pelo atual Governo do Estado do Maranhão à pesca e à aqüicultura, sendo, também, uma decorrência natural da criação da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca em âmbito nacional.

Em termos operacionais, a Adepaq será um agente de articulação entre os órgãos federais relacionados com os setores de pesca e aqüicultura. Destacar-se-ão como correspondentes, em níveis estadual e local, as prefeituras municipais e as casas de agricultura familiar internalizadas em todas as regiões do Estado.

3. RELATO DE EXPERIÊNCIAS

Antes dos relatos sucintos de experiências, apresentadas no Seminário, sobre acontecimentos realizados com êxito em municípios, é oportuno reiterar o reconhecimento da importância que o documento básico intitulado “Referências Técnicas para a Contextualização” atribuía à participação do poder municipal no desenvolvimento da pesca e da aquicultura, como a seguir se transcreve:

“Em todas essas experiências fica evidenciada a importância que cada vez mais assume o governo municipal, a Prefeitura, como ente público formador do federalismo e base do tripé constituído com a União e os estados. A Prefeitura está sendo crescentemente responsável pela execução das ações governamentais, que deverão ser progressivamente desconcentradas e descentralizadas na busca de aproximar as soluções administrativas dos problemas comunitários. O federalismo, com ênfase na importância do governo municipal, é condição imposta pela vivência democrática e pelas dimensões continentais do país.

No que concerne à importância assumida pela ação municipal para o desenvolvimento da pesca e da aquicultura, além dos exemplos a serem tratados no Seminário, é importante considerar que está sob a responsabilidade das prefeituras municipais a execução do Programa da Merenda Escolar – o maior programa mundial de suplementação alimentar da população estudantil (cerca de 37 milhões de refeições/dia); no qual é mínima a presença de pescado, embora devesse participar significativamente, pela importância que ele representa como alimentação protéica e rica dentre outros nutrientes indispensáveis à população jovem.”

3.1 – A Associação Maranhense dos Maricultores do Pau Deitado (Amamar)

A Associação Maranhense dos Maricultores do Pau Deitado (Vila São Pedro), Município de Paço do Lumiar/MA, é formada por

sócios que são pescadores artesanais e cultivam ostra. Financiam o projeto o Governo do Estado, o BID e a Amamar.

O criatório localiza-se no estuário do rio Santo Antônio na localidade de Pecupara. A espécie cultivada é a *Crassostrea rhisophorae*, molusco dióico muito comum no Maranhão. As sementes são obtidas no ambiente natural.

A captura é feita com coletores confeccionados a partir de garrafas plásticas descartáveis. O sistema utilizado pela Amamar é balsa, construída em madeira e bombonas. O sistema de ancoragem para o fundeio é feito por cabos ligados a poitas.

Os grandes e atuais desafios da associação são fornecer sementes aos produtores, tornar-se uma fazenda-escola e criar um leque de clientes.

As reivindicações atuais se resumem a propor ao Estado apoio à pesquisa e a estruturação de um laboratório, solicitar parcerias para pesquisa e pleitear visitas da gerência de agricultura e das autoridades do ramo às atividades desenvolvidas pela associação.

3.2 – A experiência dos pequenos produtores de camarão do pólo de Primeira Cruz, Humberto de Campos/MA

No princípio de 2001, iniciou-se o cultivo em um viveiro pioneiro de 2ha em Primeira Cruz, cujos resultados satisfatórios estimularam diversos moradores da região a ingressarem na atividade. Hoje existem 17 pequenos produtores (comerciantes, profissionais liberais e pescadores) que cultivam 78ha com produção da ordem de 350 toneladas/ano.

São inegáveis os benefícios socioeconômicos advindos do negócio e traduzidos na identificação de uma vocação que aproveita a experiência local acumulada com a atividade pesqueira e salineira

em uma região de economia anteriormente estagnada e sem perspectivas de inserção no mercado.

No entanto, apesar dos benefícios obtidos, e embora o governo estadual veja a atividade como prioritária, a ponto de criar uma agência de aqüicultura, a posição da Gerência de Meio Ambiente e Recursos Naturais (Gema) ainda é pouco afirmativa em relação aos desafios. Como consequência, não há motivação nem incentivo para a instalação de novas unidades de produção.

Um ponto a merecer destaque especial relaciona-se ao entendimento de inconstitucionalidade da Resolução nº 312/02, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), pela Procuradoria da República no Estado. A resolução regulamenta a criação de camarão, mas a Procuradoria entende que a competência para licenciar é do Ibama e não da Gema. Em razão disso, a Justiça Federal embargou todos os empreendimentos.

Outro ponto a destacar é a elevação, em cerca de 50%, dos custos de produção, contrastando com o preço do camarão pago pelos exportadores, que caiu, em média, 10% no último semestre. Mantido este quadro, dificilmente haverá condições de os pequenos produtores permanecerem na atividade.

3.3 – Criação de peixes em tanques–rede no rio Itapecuru, Cantanhede/MA

Um programa de desenvolvimento local integrado e sustentável identificou a caprinocultura e a piscicultura como eixos econômicos capazes de dinamizar a economia local e reverter indicadores sociais indesejáveis.

O trabalho identificou, mobilizou e sensibilizou empreendedores já vinculados às cadeias produtivas, com ênfase

nas áreas de reforma agrária. No município, existem 232 famílias assentadas. Nestas áreas foram criados 5 projetos casulos, beneficiando 164 famílias de agricultores familiares.

Em 1998, foi criada a Associação Agroindustrial Pesqueira de Cantanhede (Assai-Pesca), formada por 18 famílias que implantaram, mediante financiamento do BNB, 5ha de viveiros (tanques de terra), cultivando as espécies de tambaqui, carpa e curimatá.

A criação de peixes em tanques-rede surgiu junto à Associação dos Produtores da Vila Monteiro, visando aproveitar o potencial existente, diminuir custos de implantação e preservar melhor o meio ambiente.

O Projeto Tanque-Rede está contribuindo para a melhoria das condições de vida da população rural em seu próprio *habitat*, para a elevação do nível educacional do trabalhador-beneficiário e para a revitalização de áreas submetidas a processos de deterioração de suas atividades tradicionais.

Embora tenha havido avanços, os impactos na geração de trabalho e renda ainda não alteraram, no geral, a qualidade de vida da população do município como um todo, mas o desenvolvimento da atividade *piscícola*, reconhecida como produtiva e econômica, é capaz de beneficiar um grande número de famílias e de produzir, em escala de mercado, o suficiente para criar um pólo econômico de produção, beneficiamento e industrialização de pescado.

3.4 – A carcinicultura marinha em Icapuí/CE

O processo de desenvolvimento da carcinicultura marinha em Icapuí, Estado do Ceará, é parte das ações de apoio ao ordenamento e planejamento da atividade no município, incluindo ações de mapeamento e diagnóstico preliminar de áreas propícias e estratégias de desenvolvimento e de gestão de conflitos, visando o desenvolvimento local sustentável.

O projeto é um desdobramento do Plano de Desenvolvimento Local Sustentável de Icapuí (PDLSI) que objetiva o desenvolvimento do município, com a geração de emprego e renda, a inclusão social e a justiça ambiental em moldes sustentáveis.

Destaca-se a metodologia adotada de gestão de conflitos (arena de interações e relacionamentos), a partir de um processo de discussão, considerando opiniões de atores sociais públicos, privados, comunitários, ambientalistas e instituições não-governamentais.

Em 1997, a Associação de Moradores da Requenguela iniciou um processo de discussão para a instalação de um projeto comunitário de carcinicultura marinha, selecionando 30 pessoas do município para participar de um projeto-piloto. Uma área de 52ha foi arrendada pela associação junto à Salina Barra Grande e foi iniciada a obra de instalação de 5ha do projeto-piloto de carcinicultura marinha.

Várias disputas e ações se sucederam entre os atores sociais locais, sempre com o poder público local buscando a conciliação dos objetivos e aproximação com os atores dos conflitos.

Após as primeiras avaliações, concluiu-se que os maiores fatores de risco da carcinicultura são externos ao planejamento individual dos projetos e se relacionam com a redução da qualidade ambiental, resultante da instalação de novos projetos na área; a "competição" e sobreposição com outros usos e atividades econômicas; a ampliação dos conflitos de interesses; o surgimento de doenças no sistema de cultivo; a queda de preço de venda e a alteração e indefinições de políticas públicas.

Como estratégia inicial, definiu-se, em relação à fase de cultivo, a constituição de um condomínio integrado de produção, planejado para a área como um todo. Este condomínio, tomando em conta os fatores de preservação e sustentabilidade ambiental dos cultivos, define o modelo de desenvolvimento.

O modelo de desenvolvimento adotou um sistema misto e integrado de geração de emprego, trabalho e renda. Este modelo objetiva reduzir os conflitos, gerar oportunidades de investimentos externos e possibilitar a distribuição de renda com viabilidade econômica.

As áreas viáveis à carcinicultura marinha foram divididas em dois grupos, de forma igualitária. O primeiro grupo é formado de projetos comunitários associativos e de projetos de pequenos produtores organizados. Ambos com a mesma área de 25ha. O segundo grupo é composto por médios e grandes produtores, com módulos superiores a 50ha.

O modelo de gestão consiste de um grupo de controle e monitoramento ambiental permanente; um grupo de assessoria técnica aos projetos comunitários; um conselho deliberativo e consultivo paritário entre comunitários e empresários, com participação da Prefeitura e de órgãos ambientais; e uma coordenação técnica e gerencial especificamente contratada.

Atualmente existem vários empreendimentos aquícolas (carcinicultura) em Icapuí. No início de 2003, havia 25 hectares de camarão em produção; aproximadamente 132 hectares em construção e cerca de 95 hectares aguardando licenciamento.

Os conflitos que decorrem do desenvolvimento da carcinicultura são tratados coletivamente na "arena de interações e relacionamentos". Trata-se de um espaço físico e sociopolítico em que se inserem os principais vetores dos conflitos existentes, com o intuito de uma melhor identificação do posicionamento dos atores e seus relacionamentos.

Neste espaço são apresentados e analisados os principais atores sociais, as interações existentes entre estes e os fatores intervenientes no processo de desenvolvimento da carcinicultura em Icapuí.

A arena específica da carcinicultura trabalha três conflitos-base: conflitos entre a produção e a preservação, conflitos entre o modelo comunitário de geração de trabalho e grandes investidores e conflitos entre grupos de interessados.

Os conflitos entre a produção e a preservação decorrem de indefinições das normas, leis e regulamentações pertinentes ao assunto e originam-se em grande parte dos conflitos *interinstitucionais* entre agentes de fomento e de controle ambiental. Somam-se a tais indefinições a existência de posturas inadequadas de ambos os lados e o recente e exponencial desenvolvimento da atividade da carcinicultura no Nordeste.

Em Icapuí, existe um forte desentendimento sobre a possível área de exploração da atividade. Grande parte desta área foi comprada por empresários, mas apenas 45ha, licenciados no início de 2002, foram direcionados a projetos comunitários. A intransigência de ambos os lados está dificultando um processo de negociação.

Os conflitos entre o modelo comunitário de geração de trabalho e os grandes investidores derivam do interesse crescente de influentes grupos empresariais na atividade e dos seculares problemas com a posse de terras, predominantemente da União, o que gera grande especulação, sobretudo dos "donos de terras". Em consequência, as pressões econômicas pela terra disponível podem inviabilizar o planejamento em forma de condomínio de produção.

Por sua vez, os conflitos entre grupos de interessados estão relacionados à definição de beneficiários para os projetos comunitários. Com o sucesso parcial do primeiro grupo, outros foram se formando com o intuito de garantir um espaço no processo. Todavia, apesar de salutar, este processo foi e está sendo conduzido de forma conflituosa. A indefinição de critérios

claros e públicos, bem como os diversos interesses em questão, vêm gerando problemas políticos e de relacionamento cada vez maiores.

Dentre os interessados individuais estão pessoas que fogem ao objetivo principal de possibilitar o acesso ao trabalho e à renda aos que, hoje, estão menos favorecidos, inclusive com a possibilidade de realocar pessoas dependentes de outras atividades em crise, como as salinas e a pesca da lagosta.

As principais dificuldades para a conciliação e a gestão deste conflito estão relacionadas ao extremismo de posicionamentos, à busca de interesses individuais motivados em grande parte pelas possibilidades econômicas da atividade, à falta de informações e recursos para determinação da "capacidade de suporte" da atividade e à velocidade diferenciada entre as pressões individuais e de resposta do poder local.

No caso da carcinicultura marinha, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CMDMS) é o responsável pela liberação de cartas de anuência para os projetos. Esse documento configura-se no requisito obrigatório para o empresário dar entrada no pedido de licenciamento junto à Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace), órgão responsável pelo licenciamento ambiental no Ceará.

O Plano de Desenvolvimento Local Sustentável e Integrado de Icapuí (PDLSI) estabelece a aprovação, em audiência pública, da paridade da atividade de carcinicultura (1ha a ser produzido por empresários ou grupos empresariais e 1ha para as associações de pequenos produtores). O CMDMS propôs a definição de critérios de seleção dos beneficiários para a implantação dos projetos comunitários de carcinicultura marinha, com base em princípios de sustentabilidade ambiental, possibilidade de distribuição de renda e benefícios gerais para o município.

3.5 – Casas familiares do mar em Santa Catarina

Os principais objetivos das casas familiares do mar em Santa Catarina estão relacionados à formação integral de seus participantes nas áreas pesqueira, da maricultura e do ensino fundamental; à preparação de novas lideranças aptas a enfrentar os desafios do desenvolvimento tecnológico da pesca e da maricultura; à organização das comunidades pesqueiras em busca por melhores condições de trabalho e, ainda, ao aumento da renda das famílias pesqueiras.

Participam deste empreendimento, jovens com idade acima de 14 anos, escolarizados a partir da 4ª série, que não freqüentam mais o ensino regular e que tenham o objetivo de permanecer na atividade pesqueira.

As casas adotam a pedagogia da alternância: uma semana de atividades escolares na casa e outras duas no seio das respectivas famílias. Durante a permanência na casa, os jovens têm atividades diurnas e noturnas para formação integral. As atividades pedagógicas ficam a cargo de professores e monitores especialmente treinados. A casa é administrada por uma associação formada por pais dos jovens. A duração do curso é de 3 anos, o que representa 70 dias anuais em regime de internato.

A manutenção das casas recebe apoio do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), que fornece equipamentos, das prefeituras (prédio e pessoal de manutenção), dos pais dos alunos (alimentação), das secretarias de Agricultura e Educação, da Epagri¹ (profissionais, professores, materiais, apoio técnico-pedagógico e capacitações) e, dentre outras, das próprias colônias de pescadores. Duas dessas já funcionam em Santa Catarina, nos municípios de São Francisco do Sul e de Laguna.

¹ Empresa de Pesquisa Agropecuária, Assistência Técnica e Extensão Rural de Santa Catarina.

3.6 - Carcinicultura de pequena escala em Santa Catarina

O programa de carcinicultura de pequena escala em Santa Catarina objetiva promover o ordenamento da atividade em bases sustentáveis; fomentar a implantação de empreendimentos, priorizando unidades familiares e sistemas cooperativos de produção; criar condições favoráveis para o investimento na atividade (produção e *aqüicultura*) e assegurar os investimentos necessários à pesquisa, extensão e formação de recursos humanos.

Participam da execução do programa: o Governo do Estado (secretarias de Estado), a Epagri e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc), o Ministério da Agricultura, a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan), o Departamento de Edificações e Obras Hidráulicas (DEOH), a Fundação do Meio Ambiente (Fatma) e a Polícia Ambiental.

O programa recebe apoio financeiro do Governo do Estado, do *Brazilian Mariculture Linkage Program* (BMLP), do Pronaf, do Sistema Nacional de Emprego (Sine), do Banco da Terra, da Associação Catarinense dos Criadores de Camarões e da Associação Brasileira dos Criadores de Camarões.

As principais ações do programa estão relacionadas aos seguintes objetivos: organização do processo produtivo; elaboração dos projetos das fazendas e laboratórios; capacitação dos produtores; assistência técnica e pesquisa; formação de recursos humanos; assessoria à associação de produtores e manutenção de banco de dados da produção.

São considerados unidades familiares de produção os empreendimentos com área de até 10 hectares de propriedade de pescadores e pequenos agricultores que recebem apoio financeiro para a implantação e custeio do Fundo de Desenvolvimento Rural da Secretaria da Agricultura. Tais empreendimentos têm prioridade

na assistência técnica, na capacitação e no fornecimento de larvas, e seus projetos são elaborados pelo Estado sem ônus para os beneficiários.

O programa que beneficia 42 famílias de pescadores artesanais recebeu financiamento do Banco da Terra para aquisição de 157ha, com previsão de implantação de 100ha de viveiros; adota o modelo mexicano de assentamentos de camponeses com cultivo de camarões e tem apoio da cooperativa de produção de camarões de Santa Marta Pequena e de Laguna.

4. REFERÊNCIAS TÉCNICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESCA E DA AQUÍCULTURA NO MARANHÃO

4.1 – Ensino, treinamento, pesquisa e extensão

No Maranhão, as atividades de ensino direcionadas para o setor pesqueiro surgem com a implementação do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Maranhão no ano de 1982.

Posteriormente, foi criado o Departamento de Oceanografia e Limnologia. Em 2000, o Curso de Graduação em Ciências Aquáticas, com habilitação em Aquicultura e Gestão de Recursos Hídricos, consolida, com a formação de mão-de-obra qualificada, a base para o desenvolvimento dos estudos dos recursos hídricos estaduais e regionais.

A capacitação de mão-de-obra pode ser inserida nos departamentos acadêmicos das universidades, contemplando o treinamento de profissionais nas seguintes áreas: biologia pesqueira de águas continentais e marinhas; dinâmica de populações de peixes, cultivo de organismos marinhos e estuarinos; e piscicultura.

Com foco no desenvolvimento da pesca e para subsidiar as ações de conservação e ordenamento, destacam-se os trabalhos

de prospecção dos recursos pesqueiros das reentrâncias maranhenses e as pesquisas dos recursos pesqueiros da plataforma continental maranhense.

Em relação à extensão, merecem registro os projetos Polomar, Cultivo de Ostras no Município de Raposa; Maricultura, no povoado de Paquatiua, Alcântara/MA; e Criação de Sururu, no povoado de Timbuba, Paço do Lumiar.

4.2 – O Projeto Barco-Escola em Cururupu/MA

No município de Cururupu/MA, existem dezenas de comunidades que apresentam baixíssimos indicadores sociais, segundo o censo IBGE/UNICEF/01. A economia das ilhas e praias tem alicerce na pesca artesanal. Na maioria dos casos, o único meio de comércio é a troca de mercadorias.

A distância, o isolamento, a dificuldade de acesso às comunidades são entraves que impossibilitam a participação das populações ilhéus e praianas.

Com o apoio da Fundação Konrad Adenauer, para um projeto de desenvolvimento local, surge a idéia da construção de um barco que funcione como irradiador de novos valores, atitudes e práticas que contribuam para ampliar a visão de futuro; melhorar as condições de vida das comunidades, a partir de ações que fortaleçam as organizações; catalisar as iniciativas locais e educar para o desenvolvimento humano e sustentável.

O projeto inspira-se no programa Missão Terra: O Resgate do Planeta – Agenda 21, feito por crianças e jovens, desenvolvido em mais de cem países pela organização *Peace Child International*, em associação com a Organização das Nações Unidas, por intermédio do Unicef.

No caso aqui relatado, foi desenvolvida uma metodologia própria com o objetivo de despertar a cidadania nas crianças e nos jovens.

O Projeto Barco-Escola abrange inicialmente cinco comunidades remotas e tem por objetivos capacitar jovens em educação ambiental, promovendo a animação cultural de base e a comunicação popular, transformando-os em condutores do ecoturismo local e construtores artesanais de embarcações tradicionais. Visa ainda estimular e apoiar o processo de construção e ampliação do projeto Missão Terra – Agenda 21, com ênfase no protagonismo juvenil, desenvolvendo ações de fortalecimento das formas organizativas e de cooperação locais.

As atividades de acompanhamento e avaliação do projeto são feitas em reuniões periódicas locais com a participação de comissões das ilhas e praias.

No processo de capacitação, os temas centrais do projeto se relacionam com o meio ambiente, com a preservação e a educação ambiental, com técnicas de sociabilidade humana e com relações *intra* e interpessoal.

As ações de apoio e fortalecimento das organizações locais visam estimular e oferecer condições para que os atores sociais participem efetivamente do processo de construção do desenvolvimento sustentável local, numa perspectiva de intervenção nas políticas públicas locais.

O barco será utilizado em ações que contemplem quatro dimensões do desenvolvimento: econômica, social, cultural e ambiental. A embarcação servirá como base para *ecoteca* e videoteca, cursos de capacitação, campanhas, apoio à pesquisa e inventário de atrativos naturais e culturais, viagens de inspeção e familiarização de operadores *ecoturísticos*, interação *intracomunidades* e outras atividades correlacionadas.

4.3 – Aqüicultura nos vales dos rios São Francisco e Parnaíba

A produção pesqueira nos rios e nos grandes reservatórios dos vales do São Francisco e do Parnaíba vem registrando baixo

rendimento com conseqüências socioeconômicas e ambientais altamente negativas. Credita-se a baixa produtividade à construção de grandes barragens, às degradações do cerrado, das matas ciliares e das lagoas marginais, à poluição urbana e industrial, ao uso abusivo de defensivos agrícolas e à pesca predatória.

A Codevasf implementa o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Cadeia da Aqüicultura que tem como objetivo promover o desenvolvimento de pólos de aqüicultura e a recomposição da *ictiofauna* de rios e de grandes reservatórios, objetivando a produção comercial de pescado, a otimização da infra-estrutura dos projetos de irrigação pela integração "agricultura *versus* aqüicultura", a preservação ambiental e a manutenção da pesca profissional.

Aplicando-se parâmetros conservadores² para a exploração dos reservatórios em tanques-rede chegou-se a uma estimativa de disponibilidade de 680ha, com uma produção estimada de 1,086 mil toneladas, com renda de aproximadamente R\$2,7 bilhões.

Considerando-se apenas as utilizações dos canais com lâmina d'água mínima de 0,8 metro de altura, é possível explorar 1.253km de canais. Utilizando-se apenas 10% do volume disponível e uma produtividade de 50kg/m³/ano, a produção pode alcançar 24 mil toneladas e gerar uma receita de R\$ 60,2 milhões.

A piscicultura vem se apresentando como a melhor alternativa para utilização dos lotes, obtendo resultados econômicos bem superiores aos conquistados com a cultura do arroz.

A Codevasf vem desenvolvendo estudos de caracterização limnológica, ictiológica e de biologia pesqueira, visando a produção

² Utilização máxima de 0,1% da área total dos reservatórios; produtividade de 150kg/m³ de tanque-rede/ano e receita de R\$2,50/kg de pescado.

³ Número de pescadores por embarcação, número de viagens por barco e por período, duração das viagens, outros (número de lances, número de anzóis, etc.).

de modelos de manejo ambiental de grandes reservatórios d'água; inventariando as lagoas marginais do rio São Francisco; desenvolvendo pacotes tecnológicos em reprodução, *larvicultura* e *alevinagem* de peixes de espécies nativas de importância econômica e ecológica do rio São Francisco. Foi obtida, pela primeira vez, a reprodução artificial de catorze espécies de peixes, destacando-se o surubim (*Pseudoplatystoma coruscans*) e o dourado (*Salminus brasiliensis*).

O Centro de Referência em Aqüicultura do São Francisco (Ceraqua-SF), em Porto Real do Colégio/AL, que está sendo implantado também pela Codevasf, disponibilizará serviços de suporte técnico e logístico a produtores, empresários e potenciais investidores na cadeia produtiva na região. Também implementará um programa contínuo de capacitação técnica e gerencial de recursos humanos para a aqüicultura.

A estruturação da cadeia produtiva da aqüicultura nos vales do São Francisco e do Parnaíba depende de ações objetivas quanto à oferta de insumos básicos, difusão de tecnologia, capacitação de recursos humanos, assistência técnica, créditos bancários, incentivos governamentais, processamento da produção, *marketing* e comercialização do pescado cultivado.

O desenvolvimento da aqüicultura industrial nessas regiões está atraindo investimentos no setor de produção e de beneficiamento de pescado cultivado e na implantação de indústrias voltadas à produção de rações e equipamentos para a aqüicultura. Isto aumentará a oferta de emprego e a renda das populações locais e criará oportunidades para pequenos produtores e comunidades de pescadores artesanais dentro do processo produtivo, além da possibilidade de integração ou associação desses produtores aos empreendimentos industriais.

Mesmo considerando o potencial dos vales do São Francisco e do Parnaíba para a exploração da piscicultura, é

necessário que sejam realizados investimentos maciços na capacitação e na assistência técnica de produtores, bem como sejam assegurados preços mínimos para o pescado, de forma a permitir a estruturação da cadeia produtiva da aqüicultura nessas regiões. Só assim a produção de pescado em alta escala conseguirá passar da condição de “potencial” para “real”, de importador de merluza e de outras espécies de consumo popular para grande exportador de produto com alto valor agregado.

4.4 – Cultivo de moluscos em Santa Catarina: política, tecnologia e futuro da atividade

Em Santa Catarina, a mitilicultura (cultivo de mexilhões) foi inicialmente proposta como uma opção complementar da renda das comunidades de pescadores artesanais.

A maior parte dos cultivos é realizada por pequenos produtores que passaram a se unir em associações locais politicamente organizadas. Já existem treze associações e uma federação.

Esta recente organização, somada ao despertar do interesse que se vem notando por parte da indústria pesqueira pelo setor, vem confirmar as previsões que estimam uma produção de 30.000 toneladas anuais de mexilhão para o início deste século.

No Brasil, não existe nenhum laboratório de produção de sementes de mexilhão que garanta a demanda de sementes do molusco. Bem diferente da ostreicultura, em que o fornecimento de sementes foi equacionado pelo Laboratório de Cultivo de Moluscos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e por algumas iniciativas particulares, onde a produção de sementes no sistema de assentamento remoto já é observada.

Os riscos pelos quais passa a atividade podem ser resumidos em tópicos como a diminuição da produção estadual

de mexilhão em até 50%; a formação de mercado negro de venda de sementes coletadas ilegalmente nos costões, com agressão ao meio ambiente; a falta de suporte para crescimento ordenado da atividade; a ameaça de prejudicar financeira e criminalmente centenas de produtores e a perda de competitividade com outros estados que não têm a atividade regularizada e atuam desordenadamente.

Atualmente, relatos verbais afirmam que até 30% das sementes coletadas nos costões morrem antes mesmo da sementeira, devido à falta de tempo hábil do produtor para ensacá-las.

Mais recentemente, foram desenvolvidos esforços de pesquisa no sentido de testar a metodologia francesa de captura de semente de mexilhão. Os resultados deverão ser obtidos ainda neste ano.

Com a oferta regularizada deste insumo, e isto significa incentivar o aparecimento de produtores exclusivamente de sementes, os demais produtores poderão dedicar-se exclusivamente à etapa de engorda, reduzindo-se pela metade o tempo para atingirem o tamanho comercial.

Alguns estudiosos estimam que, nesta atividade, o papel regulador do Estado é de fundamental importância por se tratar de uma atividade em que pontificam o risco e as oportunidades. A sustentabilidade da atividade demandará conhecimentos científicos e políticas públicas incentivadoras e realistas.

Na experiência de Santa Catarina, o atual estágio de desenvolvimento do cultivo de moluscos sugere que se invista na produção racional e artificial de sementes. É fundamental a implantação de um programa de sanidade animal para certificação do produto com vistas ao mercado externo e ao melhor escoamento da produção.

Cabe ao Estado, neste caso, incentivar a criação de laboratórios particulares para a produção de sementes de ostras

e mexilhões, aumentar o intercâmbio educacional com instituições estrangeiras, apoiar projetos de cultivo marinho ambientalmente corretos e promover pesquisas de espécies marinhas nativas de moluscos com potencial de mercado.

A atividade, por seu estágio de desenvolvimento atual, sugere a criação de cooperativas de produtores de organismos marinhos, a integração entre as atividades de transferência de tecnologia e as ações sociais.

Por fim, é necessário fortalecer as relações institucionais com órgãos legisladores federais e estaduais de meio ambiente, buscando soluções específicas, regionalizadas e consensuais para cada problema ambiental, evitando, assim, a geração de conflitos que obstem o desenvolvimento da atividade. Neste aspecto, destaca-se a cessão do uso das águas públicas.

4.5 – Geração das estatísticas da pesca marítima e *estuarina* da região Nordeste

O Projeto Estatpesca objetiva gerar informações estatísticas sobre a pesca marítima dos estados do Nordeste, com vistas a promover a gestão sustentável dos recursos pesqueiros, subsidiando as políticas setoriais, os estudos sobre o desempenho da atividade pesqueira, as avaliações dos estoques em exploração, a valoração das capturas, o monitoramento das importações e exportações e a identificação de potenciais pesqueiros alternativos.

Consiste de procedimentos amostrais e de um sistema de processamento de dados. Sua concepção é abalizada em um “censo estrutural” da atividade pesqueira, em locais de desembarque de pescado.

As principais informações coletadas estão relacionadas ao local de desembarque e aos desembarques, às embarcações, às espécies capturadas, ao esforço de pesca³ e às espécies mais capturadas. No Maranhão, neste ano, teve início a coleta de dados sobre a situação socioeconômica dos pescadores artesanais.

A metodologia de trabalho é dividida em duas etapas: realização de um censo estrutural com vistas a determinar as características gerais das comunidades e das pescarias e o delineamento e a implantação de um programa amostral contínuo de coleta de dados de desembarque.

As estimativas são mensais, por pescaria, para cada localidade, município e estado, a partir dos desembarques nas localidades controladas e do número de embarcações e artes de pesca utilizadas nas pescarias. O sistema computadorizado específico para o processamento dos dados foi desenvolvido no Ibama/Supes-CE.

O grau de precisão das estimativas está diretamente relacionado à qualidade das amostras recolhidas. Ao longo do litoral nordestino, existem 883 comunidades com atividades pesqueiras significativas. A distribuição dos coletores de dados nas comunidades é precária.

Os coletores de dados usam formulários próprios. A coleta sobre o esforço de pesca (arte de pesca) é mais simples. A coleta de dados de produção é bem mais complexa e exige maior dedicação, pois acompanha e registra todos os desembarques ocorridos na localidade, separando-os por espécies, tipo de embarcação e petrechos de pesca.

Em alguns estados, a exemplo do Ceará e do Rio Grande do Norte, já está consolidada a estrutura de coleta de dados pesqueiros.

É altamente desejável uma revisão do plano amostral de cada estado com o objetivo de reestruturar a rede de coleta de dados, contemplando as falhas existentes.

A situação atual da coleta de dados no Nordeste, embora não comprometa em definitivo as estimativas, dificulta o aprimoramento do processo e a maior precisão dos padrões de produção regional.

Há certa dificuldade de se padronizar informações chaves que possibilitem a aplicação de modelos existentes. A descontinuidade da coleta, em alguns casos, compromete as análises. Para obter a segurança desejada, é necessário ampliar a base de coleta de dados, cobrindo extratos e pontos importantes de desembarque, e aprimorar ou profissionalizar a rede de coleta.

O maior entrave para o melhoramento da rede de coletores é de ordem administrativa e financeira em função dos vínculos com uma autarquia federal, sujeita a rígidas normas.

Os termos de cooperação técnica com prefeituras e outras entidades parecem ser uma boa saída. Todavia, as experiências existentes demonstram dificuldades na realização plena destes instrumentos, máxime na esfera municipal onde a cada nova administração todo o trabalho retorna à estaca zero.

Buscar a parceria junto às federações de pescadores é um caminho natural, no entanto, as investidas já efetivadas esbarram nos problemas de financiamento da rede de coleta.

5. APARATO LEGAL E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESCA E DA AQUICULTURA NO MARANHÃO

Em 1958 (há quase meio século), realizou-se em Genebra, na Suíça, a primeira conferência mundial promovida pela Organização das Nações Unidas para discutir o ordenamento dos recursos naturais oceânicos, principalmente os peixes, e estabelecer normas e procedimentos visando a sustentabilidade desses recursos vitais ao homem como fonte de alimentação e de desenvolvimento econômico.

Somente em 1982, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (Convemar) consagrou essa longa discussão, de

mais de duas décadas, e instituiu direitos e obrigações aos países membros signatários sobre o ordenamento dos recursos marinhos. As Zonas Econômicas Exclusivas (ZEE), reiterando aos estados a soberania para a exploração dos recursos pesqueiros até o limite das 200 milhas da costa, impôs o conhecimento e a comprovação da capacidade do país ribeirinho em explorar tais recursos, sob pena de entregá-los a terceiros. O programa REVIZEE, em execução em todo o litoral brasileiro, visa capacitar o país para o aproveitamento dessa riqueza pesqueira e libertá-lo da cobiça internacional sob o amparo desse mandamento da ONU.

Como decorrência da Convemar, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) aprovou, em 1995, o Código de Conduta para uma Pesca Responsável, que estabelece os princípios e normas internacionais para a aplicação de práticas responsáveis com vistas a assegurar a conservação, a gestão e o desenvolvimento eficazes dos recursos vivos aquáticos, respeitando o ecossistema e a biodiversidade.

Como o código não tem eficácia impositiva à conduta dos países, sua força se concentra nos aspectos éticos e morais e, por isso, a FAO concita a todos os estados membros a sua plena adoção.

No que concerne ao âmbito nacional brasileiro, até a presente data o país não dispõe de um código ou mesmo de uma lei atual para regular o ordenamento dos seus recursos pesqueiros. Ainda permanece uma situação caótica de múltiplas normas legais conflitantes e anacrônicas, verdadeira colcha de retalhos, dificultando, e mesmo impedindo, o normal desenvolvimento das atividades pesqueiras e aquícolas. Já se encontra em funcionamento um grupo de trabalho federal, instituído por decreto presidencial, com o intuito de revisar toda a legislação existente e os projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional (em número superior a 20) e apresentar, em curto prazo, um projeto de lei sobre pesca e aquíicultura.

Já os estados, em sua maioria, dispõem de leis estaduais (inclusive estados interioranos) reguladoras de suas atividades de pesca e de aquicultura.

A seguir, são relatadas algumas das abordagens apresentadas no Seminário sobre assuntos relacionados com o universo pesqueiro e aquícola.

5.1 – Programa seguro-desemprego do pescador artesanal

Programa instituído pela Lei nº 8.287/1991 destina-se ao pagamento do benefício ao pescador profissional que exerça suas atividades de forma artesanal, individual ou em regime de economia familiar, sem quaisquer contratações de terceiros, no período de proibição da pesca para a preservação das espécies marinhas, fluviais ou lacustres, a cujas capturas o pescador se dedique.

Em linhas gerais, a concessão do benefício destina-se aos que possuam registro como pescador profissional no Ibama (mínimo de três anos, com projeto de lei para reduzir a carência para um ano) e registro na Previdência Social.

Os benefícios podem ser requeridos nos postos de atendimento da Delegacia Regional do Trabalho ou Sistema Nacional de Emprego ou, ainda, na colônia de pescadores.

As parcelas do seguro são iguais ao número de meses de duração do defeso e cada uma corresponde a um salário mínimo. Caso o período de defeso seja em caráter excepcional, a concessão do seguro-desemprego é acrescida de um mês ao período usual.

Em 2003, 10.552 pescadores nacionais requereram o seguro-desemprego. Deste total, 9.134 foram considerados habilitados, tendo sido distribuídos benefícios da ordem de R\$10,8 milhões.

Em janeiro de 2003, a maior concentração de pescadores foi na região Nordeste (50,79%), seguido da região Sul (27,56%) e da região Norte (11,07%).

Comparando os estados, o maior movimento foi registrado em Santa Catarina (22,75%), seguido do Maranhão (16,83%), Rio Grande do Norte (10,36%), Piauí (7,54%) e Alagoas (4,84%).

5.2 – O marco legal para a pesca e para a aqüicultura

5.2.1 – A aqüicultura

O Decreto nº 2.869/98, em seu art. 2º, conceitua a aqüicultura como o cultivo de organismos que tenham na água o seu normal ou mais freqüente meio de vida.

O uso das águas e das terras públicas compreende a possibilidade de exploração econômica das águas legalmente conceituadas como públicas, onde é autorizada a instalação de empreendimentos de aqüicultura a serem regulados por esse decreto.

Os interessados em desenvolver a aqüicultura utilizando-se dos bens da União deverão encaminhar consulta prévia à Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (Seap). Esta, por sua vez, cuidará de repassar a consulta aos órgãos envolvidos (Comando da Marinha, Ibama e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por intermédio da Secretaria do Patrimônio da União – SPU), que se manifestarão sobre a viabilidade do projeto.

Quanto ao uso de terras públicas (bens dominiais da União), as formas de cessão são reguladas pelo Decreto-Lei nº 9.760/98, pela Lei nº 9.636/98 e pelo Decreto nº 3.725/2001. Já as formas de concessão estão reguladas por legislação específica e consistem na enfiteuse ou aforamento (gratuito ou oneroso), na ocupação (forma mais precária) e na cessão de uso.

5.3 – Legislação ambiental e o zoneamento para a carcinicultura no Estado do Maranhão

Vários são os zoneamentos existentes, cabendo destacar o zoneamento urbanístico, que regula o uso e a ocupação do solo; o zoneamento industrial, regulado pela Lei nº 6.803/80; o zoneamento ambiental, também chamado de zoneamento ecológico econômico, disciplinado pela Lei nº 6.938/81 e pelo Decreto nº 4.297/2002, e o zoneamento, de unidades de conservação, decorrente da Lei nº 9.985/2000.

O zoneamento ecológico econômico tem por objetivo ordenar o território, definindo usos compatíveis com as diretrizes gerais da lei que o criou, estabelecer medidas e padrões de proteção ambiental e organizar as decisões de agentes públicos e privados. É regido por princípios relacionados com a função *socioambiental* da propriedade; a prevenção e a precaução com o meio ambiente; o poluidor-pagador e o usuário-pagador; a participação informada e o acesso equitativo; e a integração.

Com isso, espera-se que o zoneamento ecológico econômico contribua para a delimitação de regiões, estabelecendo cenários e perspectivas de atividades, limite a discricionariedade técnica do licenciador na análise de avaliações de impacto ambiental, defina critérios para orientar o setor produtivo e delimite áreas para as unidades de conservação.

Em relação a carcinicultura, a Resolução nº 312/2002 do Conama reporta-se a empreendimentos licenciados na data de publicação da resolução, a empreendimentos em licenciamento, a empreendimentos clandestinos e a empreendimentos com pedido de licença posterior à vigência da resolução.

O macro zoneamento ecológico econômico no Maranhão necessita integrar-se com as unidades de conservação existentes

na costa e com as áreas úmidas da Convenção Ramsar. No entanto, é de igual modo necessário complementar o zoneamento interno das unidades de conservação e o micro zoneamento para a aqüicultura.

As possibilidades de diferentes abordagens do zoneamento ambiental acabam por criar mitos e riscos que estão relacionados ao confronto entre o ideal e o real e que se acomodam no âmbito de uma visão técnico-idealista a uma posição factual-licenciadora.

A visão técnico-idealista traz consigo o risco de criação de um zoneamento amparado em critérios exclusivamente ambientais e preconiza a perfeição técnica como fórmula ideal para o zoneamento, mas pode ensejar práticas clientelistas. Por sua vez, na abordagem factual-licenciadora, o zoneamento pode oscilar de uma posição em que serve como instrumento de orientação de planos, projetos, políticas públicas ou da dinâmica de ocupação de determinada área para o extremo de deixar-se influenciar por interesses meramente econômicos e politiqueros.

De notar-se que o zoneamento é pressuposto técnico, 'mas não substitui o licenciamento', responde o art. 5º, inciso IV, da Resolução nº 001/86 do Conama. Sua eficiência é estabelecida a partir do diálogo entre a perspectiva ambiental, os processos de uso estabelecidos e as tendências políticas e econômicas.

Não há dúvidas de que a verdadeira gestão ambiental trabalha no gerenciamento de conflitos dialéticos e não se ampara apenas em aparatos técnicos e tecnocráticos.

6. POLÍTICAS REGIONAIS DE CRÉDITO PARA A PESCA E PARA A AQUICULTURA

6.1 – A atuação do Banco da Amazônia

O programa de apoio ao desenvolvimento da aqüicultura do

Banco da Amazônia objetiva o aumento da produção de peixes, camarões e moluscos, visando a ocupação de espaços no mercado interno e externo. Abrange a Amazônia legal e beneficia empresas de qualquer porte, cooperativas de produtores rurais e pessoas físicas, com efetiva atuação no segmento agropecuário. A cooperativa de produtores rurais poderá ser beneficiária na modalidade de aquisição de bens para fornecimento a cooperados.

Com encargo financeiro de 8,75% ao ano e recursos integralmente originados do Basa, o programa financia a aquisição de máquinas, equipamentos e instalações de estruturas de apoio, aquisição de redes, cabos e material para a confecção de poitas, construção de viveiros, açudes, tanques e canais, serviços de topografia e terraplenagem. O prazo de amortização é de 60 meses com carência de 24 meses. Durante o período de carência não haverá pagamento de juros, os quais serão capitalizados na mesma periodicidade de pagamento do principal que vier a ser pactuada. Durante a fase de amortização, os juros serão pagos juntamente com o principal.

Cada beneficiário poderá contratar o valor máximo de R\$150.000,00 independentemente de outros créditos ao amparo de recursos controlados do crédito rural. No caso de financiamento a cooperativas, para fornecimento a seus cooperados, o limite será de R\$80.000,00 por cooperado.

O financiamento exige garantias prévias de 130% do valor financiado. O Banco da Amazônia tem apoiado pesquisas no setor da aqüicultura no Maranhão em conjunto com as universidades Estadual e Federal.

6.2 – A atuação do Banco do Brasil

Em relação à aqüicultura, o Banco do Brasil adota os seguintes requisitos específicos para acesso ao crédito:

- a) aqüicultores que se dediquem ao cultivo de organismos que tenham na água seu normal ou mais freqüente meio de vida;
- b) aqüicultores que explorem área não superior a dois hectares de lâmina d'água ou que ocupem até 500m³ de água, quando a exploração se efetivar em tanques.

Os financiamentos da aqüicultura seguem as regras do Pronaf. Para o Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger), são observados a categoria de produtores, os limites, as modalidades, os prazos, os encargos e as condições de financiamento estabelecidas para cada programa.

Existe a modalidade BNDES-AQÜICULTURA cuja finalidade é aumentar a produção de peixes, camarões e moluscos em regime de aqüicultura, objetivando a ocupação de espaços nos mercados interno e externo. Nesta modalidade, são beneficiárias as empresas privadas de qualquer porte, sob o controle de capital nacional, as pessoas físicas que exerçam efetivamente atividade agropecuária e as cooperativas de produtores rurais. Os valores do financiamento variam de R\$3.000,00 a R\$150.000,00 por produtor/empreendimento. A taxa de juros é de 8,75% ao ano e podem ser financiados os seguintes itens:

- a) aquisição de máquinas, equipamentos e instalações de estruturas de apoio;
- b) aquisição de redes, cabos e material para confecção de poitas;
- c) construção de viveiros, açudes, tanques e canais;
- d) serviços de topografia e terraplenagem.

6.3 – A atuação do Banco do Nordeste

O Banco do Nordeste, em suas ações de apoio à aqüicultura, financia, dentre outros, a construção de viveiros e tanques-rede; a

assessoria empresarial e técnica e o estudo de impacto ambiental; a aquisição de matrizes e reprodutores para produção de larvas e alevinos; a fabricação de ração; unidades de beneficiamento; câmara de resfriamento e caminhões climatizados; *aeradores*; equipamentos de laboratório; barcos e o custeio integrado (alevinos, pós-larvas, ração, capacitação e assistência técnica).

Para os beneficiários que participem de projeto associativo coordenado por cooperativa ou associação (inclusive colônia de pescadores), o financiamento contemplará dois projetos integrados entre si, sendo o primeiro destinado à captura, tendo como mutuários os pescadores; e o segundo destinado à verticalização (resfriamento, beneficiamento, comercialização), tendo como mutuários pessoas jurídicas.

Na carcinicultura, é vedado o financiamento de projetos localizados a mais de 15 horas totais de transporte da larvicultura mais próxima. Já nos projetos de carcinicultura marinha, exige-se, previamente à contratação, parecer do Ibama sobre a observância da legislação de proteção ao ambiente e à preservação das espécies.

Suas linhas de crédito estão vinculadas ao Fundo Constitucional do Nordeste, ao Pronaf "A" e ao Pronaf "B". As condições gerais são:

Discriminação	FNE	Pronaf "A"	Pronaf "B"
Atividades	Carcicultura marinha, piscicultura e pesca artesanal	Decorrentes de projetos de assentamento rural	Pesca artesanal e aquicultura
Beneficiários	Pessoas físicas ou jurídicas, Associações e cooperativas	Assentados da Reforma Agrária	Pescadores artesanais e Aquicultores com área menor que 2ha de lâmina d'água ou que ocupem 500m ³ de água, com renda bruta familiar de até R\$ 1.500,00
Finalidade	Investimentos fixos e semifixos e custeio vinculado	Investimentos fixos e semifixos, custeio vinculado e assistência técnica	Investimentos fixos e semifixos
Encargos financeiros	Juros de 6 a 10,75% ao ano, de acordo com o porte do produtor, com bônus de adimplência de 15%	Juros de 1,15% ao ano, com bônus de adimplência de 45% do principal	Juros de 1,0% ao ano, com bônus de adimplência de 40% do principal e encargos
Prazo total	Investimento fixo até 12 anos e semifixo até 8 anos	Investimento fixo até 10 anos	24 meses
Carência	Investimento fixo de até 4 anos e semifixo até 3 anos	Investimento fixo de até 3 anos	12 meses
Limite de financiamento	70% a 90%, limitado a 50% do investimento total + a nova operação.	Até 100% do orçamento do projeto (1)	Até 100% do orçamento do projeto (2)
Reembolso	De acordo com as receitas obteneíveis.	De acordo com as receitas obteneíveis.	De acordo com as receitas obteneíveis.
Garantias	Preconizadas pelo programa.	Preconizadas pelo programa, podendo ser formalizadas sem garantia real	Penhor, alienação fiduciária e aval.

(1) Limite de endividamento: R\$9.500,00 por família, podendo chegar a R\$12.000,00, se tecnicamente justificável.

(2) Limite de endividamento: Individual, R\$500,00 por família; Coletivo e Grupal, R\$15.000,00 e R\$11.000,00, respectivamente, observado o limite por família.

7. PERSPECTIVAS DE APOIO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESCA E DA AQUICULTURA NO MARANHÃO

7.1 – Atuação de organismos internacionais

Dois tópicos devem nortear esta discussão. O primeiro está relacionado às relações entres atores sociais e dizem respeito a parcerias, a convênios e intercâmbios técnicos, a acordos bilaterais ou multilaterais e ao estabelecimento de *joint ventures*. O segundo está relacionado ao contexto da atividade e diz respeito ao desenvolvimento socioeconômico, à transferência de tecnologia e *know how*, ao desenvolvimento sustentável e à geração de empregos e alternativas de renda.

Cabe destacar alguns parceiros para apoio ao desenvolvimento do Estado do Maranhão: IICA, JICA, BID, OIT, MRE – ABC, ONG's, Pnud, câmaras de comércio, Banco Mundial, FAO – Infopesca, embaixadas, Codevasf e Euro Centro.

O IICA tem uma vasta experiência no Brasil e vem atuando no suporte técnico a ministérios, órgãos, autarquias, secretarias e governos estaduais. A ação do IICA é extremamente importante e tem sido oportuna sua cooperação em aquicultura e pesca no Maranhão.

A FAO elaborou relatório sobre o apoio e o desenvolvimento da pesca e da aquicultura, documento marco para várias atividades do setor, e participou de projetos, inclusive o projeto de algas no Nordeste.

A Infopesca já elaborou inúmeros documentos e relatórios sobre a atividade de pesca e aquicultura no Brasil, dentre eles o Mercado Pesqueiro de Diversos Estados Brasileiros e um estudo para um pregão eletrônico de pescado.

O Pnud efetuou trabalho sobre a pesca esportiva em parceria com a Embratur e com o Ibama. É um dos organismos internacionais com o maior peso em relação à cooperação a diversos órgãos do governo.

A OIT tem experiência com o microcrédito e documentos que deveriam ser mais divulgados junto às colônias, associações e cooperativas.

O BID tem tradição no financiamento de atividades vinculadas à atividade pesqueira, desde embarcações de pesquisa, centrais de congelamento, entrepostos, ajuda a cooperativas de pescadores e outras.

As embaixadas têm um papel preponderante dentro dos acordos e parcerias com a aqüicultura e a pesca. Destacam-se as da Alemanha, Canadá, China, Cuba, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Islândia (via Washington), Itália, França, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Peru, Rússia e Taiwan.

Outro ponto a ser considerado, em relação às parcerias internacionais, é a capacitação técnica no âmbito dos acordos de cooperação celebrados com vários países no universo da aqüicultura e da pesca.

7.2 – Visão do Governo da Espanha

O desenvolvimento tanto da pesca quanto da aqüicultura requerem, ao mesmo tempo, qualificação, competência técnica e preservação do meio ambiente. Neste sentido, é importante perceber o meio ambiente como o meio e o fim da produção.

A colaboração de organismos internacionais ou de países como a Espanha pode ser materializada na condução de pesquisas e estudos que respondam a perguntas relacionadas à viabilidade,

evolução, avaliação biológica e os princípios que regem a preservação da pesca marinha e continental. Podem ser estabelecidos estudos oceanográficos e continentais com intercâmbios mútuos de cooperação, de modo a que se evite o esgotamento dos recursos e da possibilidade de exploração. Assim, não se pode descartar as possibilidades de cultivo marinho, como já ocorre em alguns países.

No desenvolvimento da pesca e da aquicultura, o cumprimento de normas nacionais e internacionais para que se pratique um mercado seguro em qualidade alimentar e sanitária é ponto de importância crucial. Isso deve ocorrer em toda a cadeia produtiva, ou seja, da base de produção ou captura até a mesa do consumidor. Somente assim se estabelecerá a necessária relação de confiança entre consumidores, distribuidores e importadores, fator indispensável à conquista de mercados. Para tanto, além de conhecimentos e de acesso à tecnologia, é necessário participar de fóruns internacionais que expressam as crescentes exigências de mercado e as responsabilidades institucionais.

A necessidade de regularizar a construção e a manutenção da frota pesqueira, tanto artesanal quanto oceânica, é também fato relevante. Neste aspecto, é fundamental a qualificação da mão-de-obra, o intercâmbio entre países e a segurança no fornecimento de peças de reposição livres de tributos. Os portos devem cumprir a garantia de calado e a infra-estrutura necessária para assegurar a administração e a manutenção do produto além de viabilizar a segurança e a sanidade do pescado e de seus subprodutos.

O sistema de produção, captura e transformação da atividade pesqueira e aquícola não pode tornar-se uma fonte de receitas governamentais decorrentes da aplicação abusiva de tributos.

7.3 – Visão do Governo da China

Desde o estabelecimento das relações diplomáticas entre a China e o Brasil, em 1974, a cooperação entre os dois países se desenvolve de maneira favorável em todos os campos e com bons resultados.

O valor total do comércio entre a China e o Brasil, em 2002, foi de US\$4,469 bilhões, sendo US\$3,003 bilhões em exportações e US\$1,466 bilhão em importações.

Atualmente, os governos dos dois países atribuem alta relevância à cooperação bilateral e consideram a outra parte como um dos meios importantes para a concretização da diversificação de mercado.

À medida que cresce o poderio econômico da China, há ampliação dos setores abertos ao exterior e aumento das oportunidades de cooperação. Existe interesse em promover visitas recíprocas, tanto de funcionários oficiais como de empresários das duas nações, a fim de estudar as possibilidades de cooperação entre si.

Concernente às possibilidades de cooperação chinesa nas áreas de pesca e aquicultura, cabe ressaltar ser a China o maior produtor mundial de pescado. Quanto à aquicultura, 63% da produção mundial é chinesa.

8. COMERCIALIZAÇÃO

Um dos mais importantes elos da cadeia produtiva da pesca e da aquicultura se refere à comercialização do pescado. Não basta operarem os demais elos antecedentes no processo produtivo pesqueiro – pesquisa, capacitação, fomento da produção, estímulos de insumos modernos, assistência creditícia e

tecnológica etc. – se não forem viabilizados os meios de beneficiamento e de agregação de valor ao produto, quesito estratégico para a conquista dos mercados nacional e, sobretudo, internacional, cada vez mais competitivos.

Como o pescado é produto altamente perecível e sujeito às restrições de consumo de hábitos alimentares arraigados, a superação desses entraves depende de uma infra-estrutura de apoio à comercialização na localidade da produção (gelo, câmaras frias e transporte satisfatório), de capacitação de mão-de-obra e da organização dos 200 mil pescadores artesanais maranhenses, dispostos em associações cooperativas para a geração de economia de escalas que os capacitem a erradicar perdas por falta de conservação (estima-se 20% das capturas), a melhorar a qualidade do produto e, conseqüentemente, aquecer a concorrência dos mercados.

O setor empresarial pesqueiro maranhense já está se habilitando para o reconhecimento da inspeção federal com a obtenção do SIF (autorização concedida pelo Serviço de Inspeção Federal), condição indispensável à comercialização nacional e internacional. Mas permanecem alguns desafios: na pesca do camarão oceânico, na costa norte, continuam a ser descartados, em média, 5kg de peixe de fundo (sobretudo bagres) para cada quilo de camarão capturado e congelado, a bordo, para a exportação. Esse “lixo” poluente do oceano corresponde a cerca de 50 mil toneladas/ano de pescado, que poderiam ser aproveitadas como rico alimento protéico de consumo humano em programas como Fome Zero e Merenda Escolar – maior programa mundial de suplementação alimentar da população estudantil com 37 milhões de refeições/dia, praticamente sem a presença do pescado. Faltam conhecimentos técnicos e estudos de viabilidade econômica para a eliminação desse cruel paradoxo, que é o desperdício de dezenas de milhões de quilos de pescado num país onde milhões de pessoas passam fome.

Embora na produção de pescado de cultivo sejam menores as perdas e as dificuldades de comercialização, uma vez que esta pode ser melhor programada, ainda existem sérios problemas a ser superados na comercialização do pescado em maior evidência, que é a criação de camarão no Nordeste e sua venda para os Estados Unidos, o principal mercado. A Associação Brasileira de Criadores de Camarão (ABCC) revela que o país está perdendo cerca de 50 milhões de dólares/ano com as exportações de camarão para os Estados Unidos devido ao aviltamento dos preços pagos ao produto brasileiro, o de menor valor entre os dez dos maiores exportadores para o mercado americano.

A ABCC atribui como causa das perdas brasileiras a venda do camarão ainda sem alcançar o melhor tamanho para maior preço de comercialização (devido às imposições das forças de mercado e à falta de agregação de valor no beneficiamento do produto). E conclui: "Para se ter uma idéia da importância de agregar valor ao camarão, no ano passado, das 430 mil toneladas de crustáceo importadas pelos Estados Unidos (maior comprador mundial) 300 mil toneladas (70%) foram de produtos elaborados. No primeiro semestre de 2003, os norte-americanos responderam por 42,3% das exportações brasileiras, comprando 11,5 mil toneladas".

9. DESDOBRAMENTOS OPERACIONAIS

Entendido como primeira etapa do processo estratégico para o desenvolvimento da pesca e da aquicultura maranhense, o Seminário se constitui em fato gerador de múltiplas energias e desencadeou ações de forças impulsionadoras a esse desenvolvimento desejado, como pode ser evidenciado no elenco de ações e atividades a seguir descritas:

9.1. Zoneamento costeiro do Estado do Maranhão

Em julho de 2003, teve início o zoneamento costeiro do Estado do Maranhão, estudo multidisciplinar conduzido por

técnicos das universidades Federal e Estadual, por intermédio da Fundação Souzaêndrade de Apoio à UFMA, sob os auspícios do Governo do Estado em convênio com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA/OEA).

Nos próximos meses, serão compilados dados pretéritos do Maranhão bem como novas campanhas de campo serão conduzidas com o intuito de colher os subsídios necessários para a realização desse trabalho que é fundamental para o desenvolvimento da aqüicultura maranhense, sobretudo a carcinicultura.

A equipe do zoneamento definiu a bacia hidrográfica como unidade de estudo e dividiu o litoral maranhense em 10 áreas em função das principais bacias hidrográficas: Bacia do Parnaíba, Bacia do Preguiça, Bacia do Periaá, Bacia do Mapari, Sistema da Baía do São José, Sistema da Baía de São Marcos, Bacia do Pericumã, Bacia do Triaçu, Bacia do Maracaçumé e Bacia do Gurupi.

O zoneamento, composto de três etapas (planejamento, diagnóstico e prognóstico), terá como objetivos principais subsidiar a elaboração do Programa Estadual do Cultivo do Camarão Marinho e montar um banco de dados *georeferenciado* para o monitoramento e a gestão ambiental integrada da zona costeira do Estado.

Seus objetivos específicos são:

- a) mapear e analisar as características dos meios físico e biótico das principais bacias hidrográficas ao longo do litoral do Maranhão e as respectivas áreas de influência;
- b) elaborar a carta de potencialidades e limitações e o diagnóstico do meio físico-biótico das áreas estudadas;
- c) traçar perfil socioeconômico de cada área e identificar os processos responsáveis pela dinâmica das mesmas;

- d) mapear e caracterizar o uso e a ocupação do solo, os problemas, as tendências e as sensibilidades atuais dessas áreas;
- e) elaborar diagnóstico socioambiental de cada área estuarina, identificando os atores envolvidos nas atividades dessas áreas e as intervenções corretivas implementadas ou previstas, mapeando conflitos de usos atuais e emergentes e avaliando o estado dos recursos ambientais das mesmas;
- f) elaborar uma proposta de zoneamento ecológico econômico de cada bacia hidrográfica e sua respectiva área de influência, delimitando zonas e subzonas com potencialidades e restrições para carcinicultura, além de outras formas de recursos ambientais que possam pôr em risco os recursos naturais utilizados pelas comunidades locais, para sua sobrevivência, com indicação dos usos e ações proibidos, tolerados e passíveis de incentivo em cada subzona.

O Maranhão possui o segundo maior litoral atlântico do país, com 640km; mais da metade dos manguezais brasileiros (550 mil hectares); além de outras vastas áreas potencialmente favoráveis à carcinicultura. Isto o credencia a desenvolver sua carcinicultura sem os graves danos ambientais provocados pela destruição dos manguezais, como ocorreu em outros estados nordestinos e também em países de diversos continentes, gerando insanáveis conflitos.

O zoneamento deverá cobrir uma área de aproximadamente um milhão de hectares. Se for considerado que apenas 10% dessa extensão podem ser selecionados para a carcinicultura, têm-se 100 mil hectares de cultivo.

O Brasil está criando aceleradamente camarões em diversos estados, principalmente os nordestinos (a área de cultivo é de

menos de 20 mil hectares). Estima exportar, neste ano, 60 mil toneladas, com a geração de US\$230 milhões em divisas.

9.2. Legislação pesqueira

Está sendo elaborada, pela Adepaq, uma minuta de projeto de lei dispendo sobre a regulamentação das atividades pesqueiras e aquícolas no Estado do Maranhão, contemplando aspectos relevantes como o zoneamento para a maricultura; a proposta de criação de um fundo para o desenvolvimento da pesca artesanal; e a aquícultura familiar, inclusive para assegurar cobertura de aval nas operações creditícias pelos pescadores sem garantias reais a oferecer ao banco.

9.3 Plano estratégico para o desenvolvimento da pesca e da aquícultura no Maranhão

Será elaborado, ainda no corrente ano, o plano estratégico para o desenvolvimento da pesca e da aquícultura no Maranhão, com ênfase na superação do estado de marginalidade socioeconômica das comunidades pesqueiras maranhenses.

Conforme evidencia o quadro abaixo, o Maranhão vive paradoxo perverso no que concerne ao atual estágio de subdesenvolvimento de suas comunidades pesqueiras em contraste com suas potencialidades e com a liderança nacional no número de pescadores e de colônias de pescadores. Essa grave situação foi amplamente discutida no Seminário e motivou o compromisso governamental de reverter esse quadro.

Organização dos Pescadores Artesanais nos Estados do Maranhão, Pará, Piauí e Rio Grande do Norte

Estado	Nº de pescadores (1)	Colônias de Pescadores			Pescadores Artesanais			
		Total	Iniciativas	Em organização	Registradas no MTE (2)	Associados na colônia (1)	Cadastrados no MAPA (3)	Beneficiados com seguro-desemprego (2)
Maranhão	200.000	77	6	7	48	80.000	12.529	3.479
Pará	130.000 (4)	62 (4)	-	4(4)	61(4)	50.000 (4)	36.712	12.743
Piauí	30.000	27	-	-	25	4.300	4.291	2.590
R. G. Norte	40.000	55	-	-	49	40.000	13.070	7.168

Fonte: (1) Dados estimados para 2003, fornecidos pelos presidentes das federações de cada estado.

(2) Ministério do Trabalho e Emprego, em 28.3.2003.

(3) Cadastro e registro de atividade pesqueira/MAPA, até dezembro de 2002.

(4) Dados estimados fornecidos pela DFA-PA/MAPA, em 29.3.2003.

Em face da complexidade dessa conjuntura, diversos grupos de trabalho deverão ser constituídos para o trato dos assuntos importantes e específicos, a seguir sumarizados:

- a) desenvolvimento de pesquisas sociais sobre a situação da pesca artesanal maranhense, incluindo o levantamento estatístico desse estamento para a inclusão na estatística pesqueira estadual;
- b) assegurar às pescas industrial e artesanal maranhenses os benefícios da equalização do preço do óleo diesel consumido pelas embarcações, mediante a isenção do ICMS cobrado pelo Estado, a exemplo do que já ocorre na maioria das outras unidades da Federação;
- c) incluir as comunidades pesqueiras maranhenses no Programa Pesque Letras, lançado pelo presidente da República, sob a responsabilidade do Ministério da Educação, visando a erradicação do analfabetismo; ainda no corrente ano deverão ser alfabetizados 65 mil pescadores brasileiros, com dispêndio de R\$6 milhões. Em face da condição maranhense de possuir o maior número de pescadores artesanais do país, em sua

maioria ainda sofrendo o flagelo do analfabetismo, parcela significativa de recursos desse programa deverá ser aplicada no Estado;

- d) incrementar o consumo de pescado na merenda escolar, como forma de apoio ao programa prioritário do Governo Federal de combate à fome, mobilizando as prefeituras municipais do Maranhão por meio de projetos específicos;
- e) simplificar e tornar eficazes as operações de crédito para os pescadores artesanais, mediante a utilização de programas existentes nos bancos oficiais, sobretudo o Pronaf/Pesca, cujos recursos para o corrente ano, conforme anúncio do próprio presidente Lula, foram ampliados em R\$55 milhões;
- f) ampliar a participação dos pescadores maranhenses nos benefícios do seguro-desemprego nos períodos de defeso para a pesca, aproveitando a próxima redução de 3 para 1 ano do período de carência na atividade, a ser assegurada pelo projeto de lei já encaminhado ao Congresso Nacional.

9.4. Pacto de governabilidade para o artesanato pesqueiro maranhense

O planejamento estratégico para apoio ao desenvolvimento da pesca artesanal maranhense condicionou-se na premissa básica do indispensável fortalecimento da organização institucional das entidades representativas dos pescadores artesanais – as colônias de pescadores – célula *mater* da comunidade pesqueira.

Esse importante tema foi amplamente discutido nos painéis do Seminário e durante um encontro específico realizado entre os

representantes da Confederação Nacional dos Pescadores, da Federação das Colônias de Pescadores do Estado do Maranhão e dos dirigentes da quase totalidade dessas colônias com a gerente da Geagro e o presidente da Adepaq. No encontro aconteceu ampla e demorada discussão dos problemas que afetam a pesca artesanal e a aquicultura familiar maranhense, especificamente, a necessidade de superação das forças restritivas que entravam o fortalecimento da Federação e das colônias de pescadores.

Graças a essa nova fase de entendimentos e de apoio entre o Governo do Estado e as entidades referidas, foi possível a celebração do acordo que assegura o clima de superação dos crônicos conflitos até então reinantes entre essas instituições, criando-se as condições satisfatórias para a integração de esforços e recursos entre os atores públicos e privados, visando o desenvolvimento da pesca e da aquicultura.

9.5. Estação de piscicultura da Seap/PR

O setor de piscicultura da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Seap) da Presidência da República se comprometeu com a Adepaq a liberar, ainda no corrente ano, recursos orçamentários para a implantação de uma estação de piscicultura no Estado do Maranhão para o fomento da criação de peixes como alternativa para os pescadores artesanais e aquicultores dos cerca de 700 assentamentos agrícolas existentes em território maranhense.

9.6. Estação de piscicultura da Codevasf

Trinta e seis municípios maranhenses estão localizados no Vale do Rio Parnaíba, área atual de jurisdição da Codevasf, que pretende desenvolver um programa de repovoamento *piscícola*

do Parnaíba e fomentar programas de desenvolvimento da piscicultura na região.

9.7. Projeto-piloto de cooperação espanhola

Uma missão técnica do Governo da Espanha e da Seap/PR esteve levantando a situação socioeconômica da pesca artesanal nos municípios de Imperatriz e de Barreirinhas para servir de base a um projeto-piloto de apoio à pesca artesanal maranhense, projeto este que os governos espanhol e brasileiro pretendem implementar em conjunto com o Governo do Estado.

É o primeiro gesto oficial do reconhecimento pela Seap da prioridade nacional atribuída ao Maranhão para o desenvolvimento da pesca artesanal, em decorrência de o Estado possuir o maior contingente humano empregado na pesca (cerca de 200 mil pescadores) e as melhores condições ecológicas para a pesca e a aqüicultura.

10. ANEXO

SEMINÁRIO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA PESCA E DA AQUICULTURA NO ESTADO DO MARANHÃO - PROGRAMA

4 de junho – quarta-feira

09h	Abertura
10h	I PAINEL - Os governos Federal e Estadual e o desenvolvimento da pesca e da aquicultura
10h	- Expositor: José Fritsch – Secretário Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República
10h45min	- Expositora: Marina Silva – Ministra de Estado do Meio Ambiente (MMA)
11h15min	- Intervalo para o café
11h30min	- Expositor: Merrial Lima de Arruda – Presidente da Agência de Desenvolvimento da Pesca e da Aquicultura (Adepaq)
12h	- Debates: 1. Entre os expositores 2. Com o plenário Coordenador da Mesa: Benedito Rosa do Espírito Santo – Representante no Brasil do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)
12h30min	- Intervalo para o almoço
14h30min	II PAINEL - Iniciativas municipais 1. Experiências no Estado do Maranhão a) Projeto de cultivo de ostras no Município de Paço do Lumiar Expositora: Joana de Jesus Araújo – Presidente da Associação dos Maricultores de Pau Deitado b) A experiência dos pequenos produtores de camarão no pólo de Primeira Cruz e Humberto de Campos Expositor: Pedro Aurélio da Silva Carneiro – Engenheiro civil e consultor ambiental autônomo c) Projeto de piscicultura no Município de Santa Rita Expositor: João Alves da Silva Filho – Empresário e professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) d) Criação de peixe em tanque-rede no rio Itapecuru, no Município de Cantanhede Expositor: Paulo Henrique da Silva Coelho – Prefeitura Municipal de Cantanhede
15h50min	Intervalo para o café
16h10min	- Debates 1. Entre os expositores 2. Com o plenário Coordenador da Mesa: José Raimundo Viegas – Presidente da Associação dos Engenheiros de Pesca do Maranhão
16h40min	2. Experiências no Estado do Ceará a) O Plano de Desenvolvimento Local Sustentável de Icapuí/CE Expositor: Francisco José Teixeira – Prefeito municipal b) A utilização de áreas de salinas para o cultivo do camarão Expositor: Luis Tadeu Assad – Coordenador do Plano de Desenvolvimento Local Sustentável de Icapuí/CE
17h20min	3. Experiências no Estado de Santa Catarina a) Casa familiar do mar b) Zoneamento do litoral para maricultura c) Carcinicultura de pequena escala Expositor: Sérgio Wieckler da Costa – Gerente de Aquicultura e Pesca, da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri)
18h20min	- Debates: 1. Entre os expositores 2. Com o plenário Coordenador da Mesa: Marcos César Costa Frazão – Presidente da Associação Maranhense de Carcinicultura do Estado do Maranhão
18h50min	Apresentação do boi do mar e coquetel de boas-vindas

5 de junho – quinta-feira

9h	<p>III PAINEL - A cadeia produtiva da pesca e da aquicultura</p> <p>1) Ensino, treinamento, pesquisa e extensão</p> <p>Expositores: Antonio Carlos Leal de Castro – Professor e pesquisador do Laboratório de Hidrobiologia da Universidade Federal do Maranhão (Labohidro/UFMA) Albert Bartolomeu de Sousa Rosa – Coordenador de desenvolvimento rural da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) Valdir Maranhão – Reitor da Universidade Estadual do Maranhão (Uema)</p>
10h20min	<p>- Debates:</p> <p>1. Entre os expositores 2. Com o plenário</p> <p>Coordenador da Mesa: Raimundo Nonato Carneiro Sobrinho – Pesquisador de carnicultura</p>
10h40min	- Intervalo para o café
11h	<p>2) Organização dos produtores, cadastro, fiscalização e estatística</p> <p>Expositores: Antonio Clerton de Paula Pontes e Samuel Nélio Bezerra – Representantes do Centro de Pesquisa e Gestão dos Recursos Pesqueiros do Nordeste (Cepene) Solange de Jesus Gouveia Gomes – Gerente Executiva do INSS/MA Fernando Luis Mendonça Lima – Representante da Delegacia do Ministério da Agricultura no Maranhão Ubirajara do Pindaré A. de Sousa – Delegado Regional do Trabalho (DRT/MA)</p>
12h20min	<p>- Debates:</p> <p>1. Entre os expositores 2. Com o plenário</p> <p>Coordenador da Mesa: Antonio Ribeiro Lopes Sobrinho – Presidente do Instituto do Homem</p>
12h40min	- Intervalo para o almoço
14h30min	<p>3. Crédito para a pesca e para a aquicultura</p> <p>Expositores: Isaias Matos Dantas – Superintendente do Banco do Nordeste João Vieira da Costa e José de Jesus Nunes de Oliveira – Representantes do Banco da Amazônia José Lucio Campos Reis – Gerente de Mercado de Agronegócio e Governo do Banco do Brasil</p>
15h30min	<p>- Debates:</p> <p>1. Entre os expositores 2. Com o plenário</p> <p>Coordenador da Mesa: Edson Cunha de Araújo – Presidente da Federação das Colônias de Pescadores do Estado do Maranhão</p>
16h	Intervalo para o café
16h20min	<p>4. O marco legal para a pesca e para a aquicultura</p> <p>Expositores: Othelino Nova Alves Neto – Gerente de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos-Gema Deoclides dos Santos Costa Dias – Gerente Regional de Patrimônio da União no Estado do Maranhão José Dias Neto – Coordenador Geral de Recursos Pesqueiros – Ibama/DF Enilson Vilela de Albuquerque – Capitão de Mar e Guerra da Capitania dos Portos do Estado do Maranhão</p>
17h35min	<p>- Debates:</p> <p>1. Entre os expositores 2. Com o plenário</p> <p>Coordenador da Mesa: José Ubirajara Timm – Consultor do Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA)</p>
18h5min	<p>5. O empreendedorismo cultural</p> <p>a) O artesanato de barcos Expositor: Luiz Phelipe Andrés – Diretor do Patrimônio Cultural do Maranhão</p> <p>b) A Companhia Folclórica do Boi do Mar Expositor: Ronaldo de Oliveira de Mouta – Presidente da Companhia Folclórica do Boi do Mar</p> <p>c) O Projeto Barco-Escola Expositora: Priscilla da Silva Araújo – Coordenadora do Projeto – Instituto do Homem</p>
19h05min	<p>- Debates:</p> <p>1. Entre os expositores 2. Com o plenário</p> <p>Coordenador da Mesa: Maria Michol Pinho de Carvalho – Diretora do Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho</p>
19h35min	<i>Coffee-break</i> e encerramento

6 de junho – sexta-feira

9h	<p>6. Produção, beneficiamento, inspeção e comercialização do pescado</p> <p>a) Legislação ambiental e o zoneamento para a carcinicultura no Estado do Maranhão Expositor: Luis Fernando Cabral Barreto Júnior – Promotor do Meio Ambiente do Estado do Maranhão</p> <p>b) O Projeto Norte Pesca/Netuno no Maranhão Expositor: Rodrigo Fauze Hazin e Gustavo José Gonçalves de Oliveira – Representantes da Empresa Norte Pesca</p> <p>c) Produção sustentável de camarões marinhos Expositor: Enox de Paiva Maia – Diretor técnico da Associação Brasileira de Carcinocultores</p>
10h	<p>- Debates:</p> <p>1. Entre os expositores</p> <p>2. Com o plenário</p> <p>Coordenador da Mesa: Ivan Sarney – Coordenador do Fórum Municipal do Meio Ambiente/Agenda 21 – São Luís/MA</p>
10h30min	Intervalo para o café
10h50min	<p>IV PAINEL - Perspectivas de apoio internacional para o desenvolvimento da pesca e da aqüicultura no Estado do Maranhão</p> <p>Expositores e debatedores: - Alex Schmitz Du Mont – Oceanógrafo</p> <p>- Jesús Salas Zapatero – Conselheiro de Agricultura, Pesca e Alimentação da Embaixada da Espanha</p> <p>- Qi Linfa – Ministro Conselheiro Econômico e Comercial da Embaixada da China no Brasil</p> <p>- Carlos Rogério Poli – Gerente de Pesca e Aqüicultura da Secretaria de Agricultura e Política Rural de Florianópolis</p>
12h	<p>- Debate com o plenário</p> <p>Coordenador da Mesa: Francisco Orlando Costa Muniz – Gerente de Estado de Articulação Institucional do Governo do Maranhão no Distrito Federal</p>
12h30min	- Intervalo para o almoço
14h30min	<p>1. Comercialização de pescados nos mercados nacionais e internacionais</p> <p>Expositor: Roland Wiefels – Diretor da Infopesca</p> <p>Coordenador da Mesa: José de Ribamar Silva Morais – Líder da Unidade de Desenvolvimento Setorial do Sebrae</p>
15h	- Debate com o plenário
15h30min	- Intervalo para o café
15h50min	<p>- Discussão e criação pela Geagro dos grupos de trabalho para a elaboração dos projetos executivos da Adepaq</p> <p>Coordenador da Mesa: Mercial Lima de Arruda – Presidente da Agência de Desenvolvimento da Pesca e da Aqüicultura (Adepaq)</p>



Instituto Interamericano de Cooperación para a Agricultura - IICA
SHIS QI 5 Bloco D Comércio Local
71615-090 Brasília DF
Fone 55 61 248-5477
E-mail: iica@iica.org.br
Homepage: www.iica.org.br

Realização
técnica



Promoção



Apoio
institucional

Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República
Infopesca
Confederação Nacional dos Pescadores – CNP
Associação Brasileira de Aqüicultura – Abraq
Associação Maranhense de Criadores de Camarão – AMCC
Federação das Colônias de Pescadores do Estado do Maranhão
Associação dos Engenheiros de Pesca do Maranhão – AEP/MA